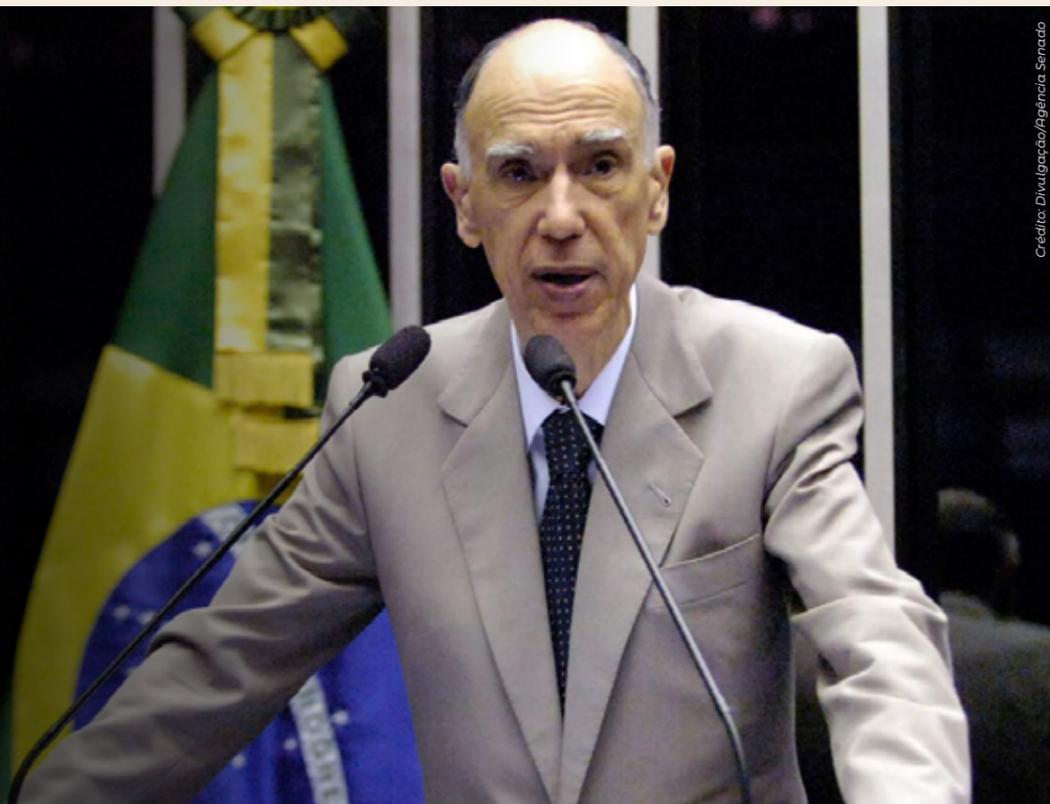




Devemos buscar sempre, entre o que nos separa, aquilo que pode nos unir, porque, se queremos viver juntos na divergência, que é o princípio vital da democracia, estamos condenados a nos entender

Marco Maciel foi vice-presidente da República de FHC, governador, senador, deputado federal e estadual.

★ 1940 - † 2021



Crédito: Divulgação/Agência Senado

XII EDIÇÃO • 15 DE JUNHO DE 2021 - ANO XXI • www.psd-mulher.org.br

Tucanas no MS, em SP e no RS lideram ações de combate à violência

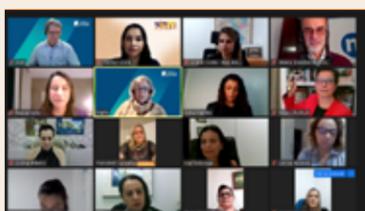
Edna Martins (SP)

Luciana Azambuja (MS)

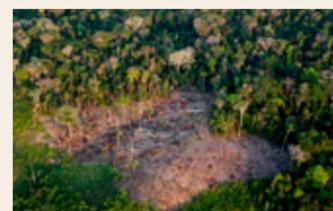
Zilá Breitenbach (RS)



Crédito: gettyimages



Crédito: Shutterstock.com/Rosalba Mattia-Machado



Crédito: WUP/Peter Muller

Editorial

Na semana em que o presidente da República cita informações falsas atribuídas ao TCU, visando reduzir o número de mortes pela Covid-19 no país, sendo imediatamente desmentido, e sugere o fim do uso da máscara como proteção, a Polícia Federal declara guerra às Fake News.

Rose Modesto

A deputada federal pelo MS defende o endurecimento da pena para crimes de feminicídio. Para ela, é uma questão de justiça, não de ideologia, pois é um crime qualificado e hediondo, explicitando a violência doméstica e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Formação política

Prefeitas e vice-prefeitas tucanas têm a oportunidade de aprender e conhecer melhor aspectos da gestão pública, agenda 2030 e desenvolvimento sustentável no Seminário Virtual de Gestão Pública Municipal. Mais uma iniciativa do PSDB-Mulher, em parceria com a KAS Brasil e o ITV.

Igualdade de Gênero

Dado alarmante chama atenção: no ritmo atual, sem qualquer tipo de incentivos à participação de mulheres, a diplomacia brasileira só alcançará a paridade de gênero em 2075. Para mudar, Sebastiana Azevedo recomenda a implementação de cotas.

Desmatamento

Com o recorde de maio de desmatamento na Amazônia, o governo prepara uma nova operação com militares das Forças Armadas para combater crimes ambientais. A deputada estadual Telma Nery (AP) defende ações mais duras para quem desmata.

Nas gestões do PSDB, tucanas comandam ações de combate à violência contra a mulher

As gestões do PSDB em Mato Grosso do Sul (MS), estado governado por Reinaldo Azambuja, São Paulo (SP), com João Dória, e Rio Grande do Sul (RS), comandado por Eduardo Leite, têm se destacado em todo o Brasil por sua atuação em favor das mulheres. Muito disso se deve à atuação de tucanas que assumiram a linha de frente das políticas públicas de gênero, especialmente no que diz respeito ao combate à violência contra a mulher.

No MS, a Subsecretaria de Estado de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), sob a gestão da tucana Luciana Azambuja, pôs em prática uma série de iniciativas para diminuir os índices de violência. Em 2020, em parceria com a Polícia Civil, foi lançado o “Mapa do Femicídio de Mato Grosso do Sul”, com o objetivo de sistematizar e divulgar anualmente os dados de violência contra a mulher no estado, gerando subsídios para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento ao problema.

“É uma tarefa árdua, que corta o coração e enjoa o estômago, mas que está servindo à elaboração de políticas públicas com base em dados concretos”, observou Luciana Azambuja, em suas redes sociais. “Sigamos juntos. Combater o feminicídio tem a ver com você, tem a ver com todos nós”, acrescentou.

Por meio do site **Não Se Cale**, as sul-mato-grossenses têm acesso a informações e orientações, como as oferecidas na cartilha digital “Femicídio: Quem ama, não mata!”. Como parte da Campanha Estadual de Combate ao Femicídio, lançada no início de junho, a SPPM também firmou uma parceria com o Ministério Público Estadual para desenvolver oficinas de formação e capacitação sobre o tema.

Em São Paulo, a **coordenadora de Políticas Para Mulher da Secretaria Estadual de**



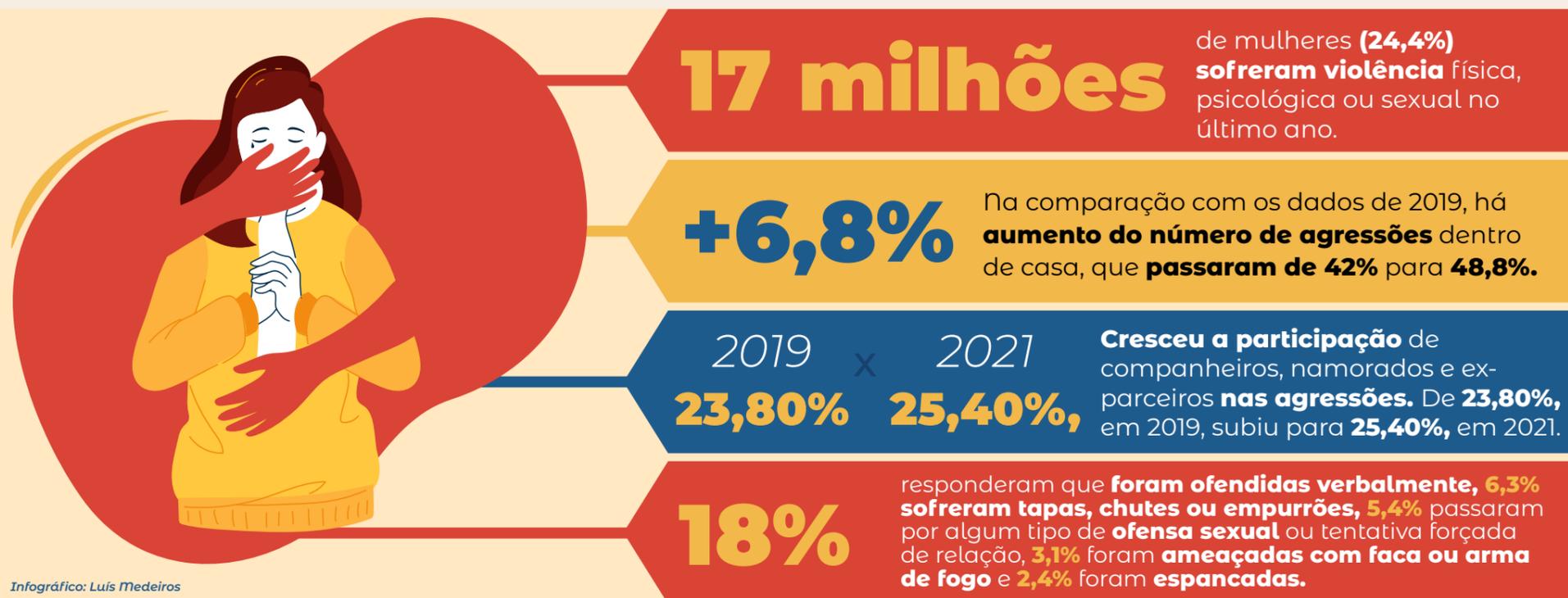
Justiça e Cidadania e presidente do PSDB-Mulher/SP, Edna Martins, trabalha em prol da **equidade de gênero e da eliminação de qualquer forma de discriminação e violência contra a mulher**. Na última semana, ela participou de reunião com representantes da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para discutir incentivos à campanha Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica. Ao desenhar um “X” vermelho na mão e exibi-lo em alguma farmácia, a Polícia Militar é notificada e pode prestar auxílio à vítima.

“É preciso lutar juntas e juntos pelo fim dessa violência. É na união da sociedade civil e governo, de homens e mulheres, que conseguiremos eliminar a violência contra as mulheres”, destacou Edna Martins.

Já no sul do país, iniciativas como as **Salas das Margaridas**, onde são registradas ocorrências policiais, oitivas das vítimas e outras medidas que fazem parte da Lei Maria da Penha, têm ajudado a humanizar o atendimento a mulheres vítimas de violência. Os bons resultados também se devem a atuações como a da **deputada estadual Zilá Breitenbach (PSDB-RS)**.

A tucana é autora do projeto de Lei nº 305/2019, que oferece amparo às mulheres vítimas de violência doméstica, com apoio psicossocial, capacitação e encaminhamento ao mercado de trabalho. “Como presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Vítimas de Violência no RS, fico muito otimista com a redução nos índices de crimes por motivo de gênero”, acrescentou Zilá Breitenbach.

UMA EM CADA QUATRO MULHERES SOFREU VIOLÊNCIA DURANTE A PANDEMIA



*Dados do Instituto Datafolha. Pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e divulgada no último dia 07/6.

Expediente

Produção e Redação: Shirley Loiola, Giselle Santos.

Colaboradora: Renata Giraldi.

Editoração e Design: Luís Medeiros.

Este jornal faz parte dos produtos da Plataforma Digital PSDB-Mulher 2021.

Perfis e informações fakes que geram efeitos destruidores

Na semana em que o presidente da República cita informações falsas atribuídas ao Tribunal de Contas da União (TCU), visando reduzir o impacto sobre número de mortes pela Covid-19 no país, sendo imediatamente desmentido, e sugere o fim do uso da máscara como proteção, a Polícia Federal declara guerra aberta às Fake News e seus propaladores. Sabe-se que, infelizmente, boa parte deste processo tem origem em apoiadores do governo Jair Bolsonaro.

É no mínimo um constrangimento acompanhar o desmentido do TCU de que jamais houve relatórios sobre o número de óbitos por coronavírus, identificando em seguida o responsável pela ação: o auditor Alexandre Figueiredo Costa Silva Marques, afastado das atividades por 60 dias. O servidor é amigo da família Bolsonaro.

O mal-estar causado pela confusão do relatório falso não foi suficiente, pois dias depois o presidente da República sugeriu publicamente a desobrigação do

uso de máscaras para vacinados e recuperados da Covid-19, no caminho inverso do defendido por especialistas e cientistas. Mais uma vez, plantando a Fake News.

Paralelamente ao imbróglio palaciano, a Polícia Federal identificou que, entre a rede de contas falsas derubadas pelo Facebook, em junho do ano passado, está um perfil operado de endereços ligados ao presidente da República: o Palácio do Planalto, sede oficial do governo, e a casa da família na Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Como se tal revelação não bastasse, uma outra operação também da Polícia Federal apontou que apoiadores bolsonaristas tentaram obstruir os trabalhos da CPMI das Fake News. O documento foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), em dezembro, no curso do inquérito dos atos antidemocráticos.

Ao contrário do divulgado por apoiadores do governo, o Supremo informou ainda ser falsa a informação de que o ministro da Corte, Alexandre de Moraes, teria proibido

Bolsonaro de tomar medidas que violem princípios constitucionais e causem ruptura institucional, como intervenção militar e nos demais poderes, golpe de estado e uso das Forças Armadas para proteção do Executivo.

Assim as Fake News surgem, espalham o mal, produzem impactos inimagináveis e o momento que é desafiador torna-se ainda mais difícil. A pergunta que fica é: como parar essa máquina de perversidade que causa a desinformação e pode levar até a morte?

Pinga-Fogo

Prévias Presidenciais

A expectativa é que saia nesta **terça-feira (15/6)** a **decisão sobre o modelo de Prévias que será adotado pelo PSDB para a escolha do candidato do partido à Presidência da República**. O texto-base do parecer final foi aprovado na semana passada, mas faltaram bater o martelo sobre dois destaques. **A intenção é que pré-candidatos construam um consenso em relação ao peso de grupos votantes na eleição primária.**

#IgualdadeJá

A comissão geral da Câmara reuniu, na última semana, **deputadas que defenderam a fiscalização** do cumprimento da regra que estabelece percentual mínimo obrigatório de **30% para o registro de candidaturas femininas nas eleições**. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Luís Roberto Barroso, **apoiou a reserva de cadeiras para as representantes femininas**. Ele disse que, nas últimas eleições no México, havia chapas paritárias: para cada candidato homem, uma mulher.

Distritão

Apesar das críticas de vários setores e do próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alguns parlamentares tentam aprovar o chamado **"distritão" na reforma eleitoral**. Por este sistema, são eleitos os candidatos individualmente mais votados em cada estado, sem distribuição proporcional das vagas pelos partidos, **enfraquecendo a representatividade partidária** ao desconsiderar votos dados em legendas, segundo cientistas políticos e parlamentares críticos à iniciativa.

Boas Novas

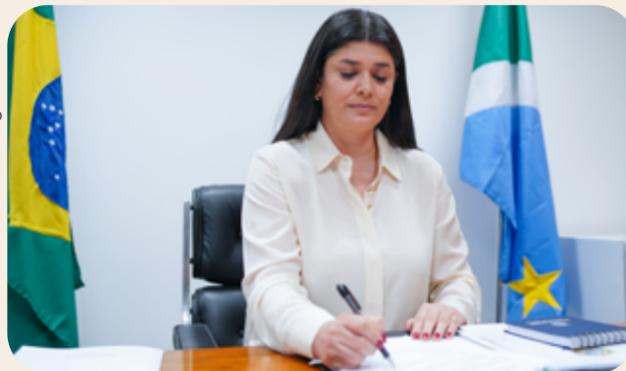
Os **3 milhões de doses da vacina da Janssen** (Johnson & Johnson) que vão chegar ao Brasil ainda neste mês **têm prazo de validade até 27 de junho e precisam ser aplicadas impreterivelmente até esta data**. O comunicado foi feito pelo **Ministério da Saúde**. As doses da Janssen devem desembarcar nesta semana no Brasil.

Infância sacrificada

O **trabalho infantil aumentou no mundo**, segundo estudo da **Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef)**, houve um **aumento de 8,4 milhões nos últimos quatro anos**. O que soma **cerca de 160 milhões de crianças e adolescentes trabalhando em situação inadequada**. Se nada for feito, em escala mundial, **haverá um adicional de nove milhões de vítimas de trabalho infantil no final de 2022**.

Pena para crimes de feminicídio é justiça, não ideologia

*Por Rose Modesto



Crédito: Alessandro Loyola

"Uma mulher é morta a cada duas horas no Brasil, vítima de violência", esta manchete foi noticiada por um dos telejornais mais influentes do país há dois anos. O tempo parou. Só os nomes mudam. Estatísticas recentes indicam que durante a pandemia o quadro piorou, pois há subnotificação sobre violências domésticas.

Dados do monitoramento "Um Vírus e Duas Guerras" apontam que 1.005 mulheres perderam suas vidas por feminicídio em 2020: média de três mortes por dia.

Levantamento da Central de Atendimento à Mulher (Disque 180) mostra que, no início da pandemia, os números registrados foram 27% maiores do que no mesmo período de 2019. De 2018 a 2019, o crescimento foi de 5,6%, de acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

As Nações Unidas definem a violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte ou cause danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada".

Na maioria esmagadora dos casos, os agressores e assassinos são os companheiros das vítimas: 38% dos assassinatos de mulheres no âmbito global são cometidos pelo parceiro que divide ou dividiu a mesma casa com a vítima.

O termo "feminicídio" parece ser uma questão ideológica, porém, desde 2015 a expressão foi inserida no Código Penal Brasileiro. O texto justificava a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) como ponto de partida, e não de chegada, no combate à violência contra a mulher.

O endurecimento da pena para crimes de feminicídio é questão de justiça, não de ideologia, pois é um crime qualificado e hediondo, previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro.

Em 12 de março de 2021, o Supremo Tribunal Federal decidiu que a tese de legítima defesa da honra não pode ser aplicada como argumento em casos de feminicídio. Os 11 ministros do STF acreditam que a tese contraria princípios da Constituição.

Mas a lei não consegue coibir esse tipo de crime. Em maio deste ano, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1568/19, de minha autoria, que transforma o feminicídio em crime autônomo e aumenta de 12 para 15 anos a pena mínima para os condenados. O texto altera a Lei de Execução Penal ao aumentar o cumprimento de pena para a progressão de regime, além de vedar a concessão de saída temporária.

O projeto surge como um caminho a ser seguido para diminuir as mortes de mulheres e precisa ser aprovado com urgência no Senado. Os crimes registrados na pandemia lembram que por trás de números há famílias dilaceradas. Todas as vidas importam e ainda há muito a ser feito: precisamos de trabalhos preventivos, sociais e educativos. Um Brasil justo passa pela ação estatal no combate à violência contra as mulheres e o fim das lamentáveis manchetes que lemos.

***Rose Modesto é professora, deputada federal pelo Mato Grosso do Sul, foi vice-governadora, secretária estadual e vereadora.**

PSDB-Mulher investe na formação política de prefeitas e vice eleitas em 2020

O **Seminário Virtual de Gestão Pública Municipal** é mais uma iniciativa do **Secretariado Nacional da Mulher/PSDB**, em parceria com a **Fundação Konrad Adenauer no Brasil (KAS Brasil)** e o **Instituto Teotônio Vilela**, com a intenção de promover a formação política e dar apoio às prefeitas e vice-prefeitas eleitas pelo PSDB em 2020. Além de **Políticas Públicas e Gestão Municipal**, o curso dividido em três módulos abordará temas como a **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**.

O primeiro módulo aconteceu na última quinta-feira (10/6) e contou com as palestras do Fundador e Diretor-presidente da Oficina Municipal, **José Mário Brasiliense**, e da prefeita de Caruaru (PE), **Raquel Lyra**.

José Mário frisou a importância de os municípios investirem em uma **Escola de governo e Gestão Municipal**. As tucanas presentes no curso tiveram a oportunidade de conhecer melhor o trabalho desenvolvido pela **prefeita de Caruaru (PE), Raquel Lyra**, primeira mulher reeleita à prefeitura da cidade. Ela



relatou as dificuldades que tem enfrentado neste período pandêmico e a importância de priorizar políticas públicas voltadas para as mulheres.

“Nós mulheres somos as que mais sofremos numa crise. Perdemos empregos, não temos com quem dei-

xar os meninos. Política para mulher é política de qualificação profissional, autonomia financeira e de empoderamento político”, disse.

Os próximos encontros serão realizados via Zoom, nos dias 14 e 16 de junho, sempre das 17h às 19h30.

Sem incentivos, diplomacia só terá paridade em 2075



A sub-representação feminina nos espaços de poder é uma triste realidade da cultura patriarcal brasileira não apenas na política, mas em nichos diversos, como a diplomacia. A embaixadora e subchefe da representação do Itamaraty em São Paulo, Irene Vida Gala, alerta que, no **ritmo atual, sem qualquer tipo de incentivos à participação de mulheres, a diplomacia brasileira só alcançará a paridade de gênero em 2075.**

Em entrevista ao Radar Econômico da Veja, ela revelou que hoje **apenas 22,9% dos quadros do Itamaraty são compostos por mulheres. A progressão na carreira também é bastante desigual. Somente 15,75% dos diplomatas no topo da carreira são mulheres.**

De acordo com ela, **falta transparência nos critérios para a escolha de embaixadores brasileiros ao redor do mundo, muitas vezes sem regras de mérito estabelecidas.** A embaixadora defende a realização de estudos para apurar se existem desvios favorecendo homens em testes de entrevistas de aprovação para a carreira diplomática.

Para a **coordenadora do PSDB-Mulher da região Sudeste, Sebastiana Azevedo**, que trabalhou por 15 anos no Ministério das Relações Exteriores, a **redução desta disparidade** só será possível com a criação de **cotas para as mulheres no concurso para ingresso na carreira de diplomata.**

“É preciso ter cotas para que haja mais mulheres na carreira. Além disso, é preciso investir na educação no Brasil – seja no ensino fundamental, médio ou superior –, pois está muito longe do que é exigido no Itamaraty. Há um rigor muito grande na seleção. Na maioria das vezes, o número de vagas não é preenchido. O concurso precisa ser mais democrático. E ainda, investir na formação dos brasileiros e dar uma noção do que o diplomata faz”, avaliou Tiana.

Telma Nery defende leis mais duras para conter desmatamento na Amazônia

Após o recorde de maio de área sob alerta de desmatamento na Amazônia, a região tinha **1.180km² de área sob ameaça de desflorestação**, o maior número para o mês desde 2016, o governo prepara uma **nova operação com militares das Forças Armadas para combater crimes ambientais.** A previsão é iniciar as ações nesta semana. **Este é o terceiro mês seguido em que o índice bate recorde mensal**, após o Inpe indicar a devastação de 580,55 km² em abril e de 367,61 km² em março.

A **deputada estadual Telma Nery, integrante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Amapá**, vê com preocupação o crescente desmatamento na Amazônia. Para a tucana, há um certo descaso com as questões ambientais do país.

“Estão tratando, nacionalmente, a questão do desmatamento da Amazônia da mesma forma como trataram a pandemia. Sem dar importância para



a sua gravidade. Temos que cuidar da nossa floresta. Eu não vejo acontecer nada com quem desmata. Precisamos debater o assunto, em âmbito nacional, para que as penas sejam mais rígidas para quem destrói nossas florestas”, avaliou.

Mourão afirmou que está em análise criar uma rubrica no orçamento para auxiliar com inteligência e logística os órgãos ambientais e acionar novamente as Forças Armadas, concentrando nas áreas mais preocupantes.

As ações ocorrem no momento em que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, é investigado por crimes ambientais e aumento de patrimônio.